

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	13
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	14

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	24
10.2 - Resultado operacional e financeiro	44
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	45
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	46
10.5 - Políticas contábeis críticas	50
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	52
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	53
10.8 - Plano de Negócios	54
10.9 - Outros fatores com influência relevante	55

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

A Companhia adotará uma Política de Gerenciamento de Riscos ("**Política de Gerenciamento de Riscos**"), a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2020 e entrará em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado. Para mais informações sobre a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado****(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, na medida em que não está exposta a estes tipos de riscos em suas atividades.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, na medida em que não está exposta a estes tipos de riscos em suas atividades.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está exposta a riscos de mercado em suas atividades.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*).

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está exposta a riscos de mercado em suas atividades.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.

A Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, uma vez que na avaliação de seus administradores a Companhia não está exposta a riscos que justificariam operações de tal natureza.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Não há estrutura organizacional de controle de gerenciamento específico para riscos de mercado. Tendo em vista a natureza de suas atividades, sua administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos de mercado.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Não há estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado. Tendo em vista a natureza de suas atividades, sua administração entende que, atualmente, não há necessidade de gerenciamento de riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos, que estão também refletidos em sua Política de Gerenciamento de Riscos, para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade na elaboração das suas demonstrações financeiras.

O processo de fechamento contábil é realizado em uma estrutura de acompanhamento de fechamentos de módulos sistêmicos. Mensalmente, a gerência de contabilidade, controladoria e a Diretora Financeira da Companhia revisam o fechamento contábil com vistas a assegurar sua adequação e confiabilidade.

Os controles internos adotados pela Companhia para elaboração das demonstrações financeiras possuem limitações, podendo não prevenir ou detectar determinadas falhas. Este risco integra o Risco Operacional a que se refere o item 5.6 deste Formulário de Referência e está sob responsabilidade da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. Para maiores informações sobre as deficiências encontradas nos controles internos e as providências adotadas para corrigi-las, ver itens 5.3(d) e 5.3(e) abaixo.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Os riscos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras confiáveis e os procedimentos de gerenciamento destes riscos estão sob responsabilidade direta da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. Este gerenciamento é feito com fundamental suporte da Diretora Financeira e da gerência de contabilidade e controladoria.

Os controles internos destinados à elaboração de demonstrações confiáveis são avaliados e reportados em relatório elaborado bimestralmente pela Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, posteriormente consolidado em relatório elaborado pela mesma área a partir de todos os relatórios integrantes do primeiro nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia.

Este relatório consolidado, contendo as conclusões e avaliação da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna sobre os procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia é então submetido à análise do Comitê de Auditoria para monitoramento e análise da adequação dos procedimentos adotados e identificação de novos riscos.

Com base nesse fluxo de informação incorporado nos relatórios periódicos, o Comitê de Auditoria Estatutário reporta semestralmente suas conclusões e sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia, inclusive sobre o Risco Operacional, ao Conselho de Administração, dando suporte ao monitoramento, à aprovação e revisão das estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia pelo Conselho de Administração.

Com relação ao Risco Operacional, a função da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna estende-se tanto ao primeiro quanto ao segundo nível de sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia, abrangendo a identificação de eventos e resposta a riscos, assim como informação e comunicação do gerenciamento de riscos e o controle das atividades de gerenciamento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Em 1º de outubro de 2020, as funções da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna foram formalizadas na Política de Gerenciamento de Riscos, cuja alteração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo certo que sua vigência terá início com a data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre a Companhia e a B3. Na mesma ocasião, o Conselho de Administração concluiu pela suficiência da estrutura da referida área e aprovou orçamento que acredita ser suficiente para desempenho de suas funções, sem prejuízo de reavaliar sua deliberação com base no contínuo monitoramento do desempenho das atividades da área.

Para maiores informações sobre as funções e procedimentos da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão da eficiência dos controles internos integra o segundo nível do sistema estruturado de gerenciamento de riscos da Companhia, tendo como núcleo a Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, e está baseada na informação, comunicação e revisão periódica.

A Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna da Companhia, conforme refletido nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, deverá, dentre outros, (a) preparar relatórios bimestrais que descrevam os riscos da Companhia, a avaliação de risco correlata e os resultados do gerenciamento do risco, e submetê-los ao Comitê de Auditoria; (b) realizar no mínimo uma revisão anual do sistema de controles internos da Companhia; (c) coordenar a força de trabalho interna destinada a detectar quaisquer riscos e monitorar a eficácia do processo de gerenciamento do risco; e, por fim, (d) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Além disso, a Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna atua na atividade de controle dos riscos, nos termos das recomendações do relatório do COSO, cabendo a ela estabelecer o processo de Gestão do Risco da Companhia, fixar e coordenar as diretrizes referentes aos controles internos e ao risco corporativo, revisar anualmente o sistema de controle de riscos internos.

Com o apoio da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria Estatutário atua para monitorar sistematicamente o gerenciamento de riscos da Companhia, inclusive especificamente para rever o cumprimento da lei, padrões e regulamentos aplicáveis e monitorar e investigar eventos que possam prejudicar os controles internos da Companhia.

A Diretoria também atua na supervisão da eficiência dos controles internos, incumbindo-lhe reexaminar periodicamente a Avaliação de Risco e relatar quaisquer descobertas ao Conselho de Administração.

Por fim, o Conselho de Administração, com suporte das áreas supramencionadas, deverá monitorar, revisar e aprovar as estratégias da Companhia para a gestão do risco. Além disso, o Conselho de Administração avalia o desempenho do Comitê de Auditoria e, conforme se mostrem necessários, são definidos planos de ação para ajustes no desempenho do comitê. Tais planos de ação podem significar o aumento do orçamento do comitê, revisão da forma de atuação, substituição de membros do comitê, alterações na equipe de auditoria interna, entre outros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 e do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, oportunidade em que identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, bem como feito as recomendações que seguem na tabela a seguir:

Assunto	Recomendação dos auditores
<p>(i) Ausência de revisão quanto a natureza das classificações das contas contábeis de resultado (segregação entre custo e despesa).</p>	<p>A Companhia realiza antecipação de seus recebíveis junto a operadora de meio de pagamento, incorrendo em taxas de desconto cobrada pela operadora de meio de pagamento. Os auditores constataram que estas taxas estavam registradas como custo dos serviços prestados e despesas administrativas, quando o correto seria a classificação dessas despesas como despesas financeiras.</p> <p>Os auditores constataram, ainda, a existência de custos com logística e taxas administrativas, que estão diretamente relacionadas às operações de prestação de serviço da Companhia, registradas na rubrica de despesas administrativas quando o correto seria a classificação dessas despesas como custo dos serviços prestados.</p> <p>Segundo os auditores, embora os valores identificados tenham sido ajustados e reclassificados nas demonstrações contábeis, a classificação incorreta de gastos nas rubricas da demonstração do resultado resulta na interpretação incorreta de índices e consequentemente na apresentação de demonstrações contábeis em discordância com as práticas contábeis vigentes.</p> <p>Nesse sentido, os auditores recomendaram à Administração da Companhia que implementasse controles efetivos para a revisão e constatação da correta classificação dos componentes das demonstrações contábeis, a fim de prevenir a classificação dos registros contábeis em discordância com as práticas contábeis vigentes.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

<p>(ii) Ausência de elaboração tempestiva de conciliações contábeis.</p>	<p>Os auditores constataram que a Companhia não procedeu com a elaboração tempestiva das conciliações contábeis mensais relacionadas às rubricas de receitas de intermediação, custódia, antecipações de recebíveis, fornecedor, adiantamento a fornecedor e empréstimos e financiamentos.</p> <p>Segundo os auditores, embora os referidos valores identificados tenham sido ajustados e apropriadamente reclassificados nas demonstrações contábeis, exceto o item 7 – Conta Corrente Moip, a ausência de conciliação tempestiva e análise dos saldos contábeis podem resultar em distorções não corrigidas sobre os saldos contábeis, que por sua vez podem acarretar a apresentação de demonstrações contábeis em desconformidade com as práticas contábeis vigentes.</p> <p>Para a rotina de fechamento contábil, os auditores recomendaram que a Companhia efetue a elaboração e a revisão formal de todas as suas conciliações contábeis preparadas em bases mensais, evidenciando os responsáveis pela elaboração da conciliação e os responsáveis pela sua revisão.</p> <p>Para a melhoria dos controles internos da Companhia, e consequentemente a redução de erros nos fechamentos contábeis mensais, os auditores recomendaram que fossem fixadas datas e prazos para que os outros departamentos internos relacionados ao processo de fechamento contábil, bem como as áreas contábeis e fiscais, enviem as suas análises formais, aprovadas e revisadas de cada mês, e que tais análises sejam compiladas e arquivadas junto às referidas conciliações contábeis, a fim de constatar tempestivamente saldos não conciliados e corrigi-los em tempo para o devido registro contábil.</p>
<p>(iii) Ausência de política para constituição da provisão para perda esperada com chargeback.</p>	<p>Os auditores constataram que a Companhia não possui política, bem como não havia efetuado o cálculo e registro da perda esperada de <i>chargeback</i>, da forma que o passivo circulante e as receitas de intermediação estavam subavaliados e superavaliados, respectivamente, anteriormente aos ajustes de auditoria.</p> <p>Segundo os auditores, embora os referidos valores identificados tenham sido ajustados e apropriadamente registrados e tributados nas demonstrações contábeis, a ausência de formalização de política para a elaboração do cálculo e registro do <i>chargeback</i> resulta em desconformidade com relação às práticas contábeis, em decorrência da ausência do registro da perda esperada sobre as receitas de intermediação. Além disto, a ausência da política em questão ocasiona a apresentação de demonstrações contábeis incorretas e em desacordo com as práticas contábeis vigentes.</p> <p>Os auditores recomendaram que seja elaborada a política para a constituição e monitoramento da perda estimada com o <i>chargeback</i>, e o respectivo registro contábil.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

<p>(iv) Ausência de política para realização de lançamentos contábeis manuais.</p>	<p>Os auditores identificaram a existência de lançamentos manuais realizados pela contabilidade terceirizada, nos quais tais lançamentos devem representar a menor parcela dos lançamentos contábeis e, obrigatoriamente, serem revisados e aprovados pela Administração da Companhia, entretanto não houve o processo de revisão e aprovação dos lançamentos contábeis.</p> <p>Os auditores observaram, também, que a contabilidade terceirizada não conseguiu gerar de forma adequada e sistêmica, para poderem efetuar a extração do relatório contemplando todos os lançamentos manuais e automatizados, com as informações mínimas de usuário que efetuou o lançamento, data e hora efetiva do lançamento, identificação de lançamento manual ou automático, contrapartida e histórico de lançamento.</p> <p>Segundo os auditores, embora tenham efetuado os testes substantivos com base no razão de lançamentos contábeis, que não possuem a informação de usuário, data e hora efetiva e lançamento, a falta de acompanhamento e monitoramento de lançamentos manuais pode eventualmente ocasionar em erros de classificação contábil e de interpretações técnicas em não conformidade com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira e normatizadas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – NBC TG (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade).</p> <p>A falta de capacidade sistêmica para a geração de relatórios implica na rotina de conciliação das contas contábeis e da geração de informações utilizadas para testes de auditoria, que por sua vez podem ocasionar na apresentação de demonstrações contábeis em desconformidade com as práticas requeridas.</p> <p>Além disto, a ausência de acompanhamento e monitoramento de lançamentos manuais e o acesso por pessoas não categorizadas podem estimular a realização de atos fraudulentos intencionais.</p> <p>Os auditores recomendaram que as contabilizações das transações sejam, sempre dentro do possível, automatizadas diminuindo as intervenções manuais, desta forma, minimizando o risco de erros nas demonstrações contábeis da Companhia. Também recomendaram que a Companhia adote procedimentos de revisão dos lançamentos manuais ou até mesmo crie um campo de aprovação de um lançamento manual antes que esta transação seja registrada nas demonstrações contábeis, em caso de internalização do departamento contábil, bem como revise integralmente a permissão de acesso aos usuários que possuem acesso para realizarem lançamentos manuais. Recomendaram também que a Companhia proceda com a estruturação da interface sistêmica, a fim de disponibilizar a totalidade dos lançamentos do período, sendo eles automatizados e manuais, contendo as informações mínimas requeridas para análise e teste aos lançamentos contábeis.</p>
---	---

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

<p>(v) Ausência tempestiva da elaboração de políticas para registro de ativos intangíveis gerados internamente</p>	<p>Os auditores constataram que a Companhia não possuía políticas claras e definidas para a constituição e registro dos gastos incorridos referente ao desenvolvimento de ativos intangíveis gerados internamente.</p> <p>Segundo os auditores, embora a política tenha sido elaborada e aplicada sobre as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 e período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a ausência tempestiva da elaboração de políticas para o registro de ativos intangíveis gerados internamente ocasiona o risco da capitalização indevida de custo, ou a não identificação e, consequentemente, o registro no resultado de custos elegíveis para capitalização.</p> <p>Os auditores recomendaram à Administração da Companhia que formalize políticas estabelecendo controles para a identificação, mensuração e registro dos gastos incorridos para o desenvolvimento dos ativos intangíveis gerados internamente, a fim de manter a conciliação, histórico de análise de gastos e capitalizações, bem como a respectiva divulgação nas demonstrações contábeis.</p>
<p>(vi) Gestão de acesso lógico</p>	<p>Os auditores constataram que a Companhia não possui políticas relacionadas à gestão de acessos lógicos que contemple processos de concessão, alteração, revogação e revisão de acessos aos principais sistemas.</p> <p>Além disso, não identificaram registros relacionados às aprovações para criação e alteração de acessos, nem registros relacionados à revogação de acessos aos sistemas.</p> <p>Também verificaram que existem 2 usuários não identificados com acesso de administrador no sistema MXM.</p> <p>Segundo os auditores, embora esta deficiência não tenha impacto sobre o processo de auditoria, já que utilizam metodologia de não confiança nos controles, sem um procedimento formalizado, revisado e aprovado não há como estruturar de maneira eficiente e consistente um processo que defina os objetivos e responsabilidades da Companhia para seus colaboradores e terceiros.</p> <p>A ausência de procedimento para concessão/revogação dos privilégios de acesso dos usuários no sistema aplicativo propicia que usuários possam obter privilégios não condizentes com suas respectivas funções e responsabilidades, impactando diretamente na integridade, confidencialidade e confiabilidade de determinadas informações.</p> <p>Os auditores recomendaram que a Companhia elabore políticas formalizadas relacionadas ao processo de Gestão de acesso lógico, com descrição e regras para os principais subprocessos, como: concessão/alteração/revogação/revisão de acesso. Tal documento deve ser revisado periodicamente e aprovado pela alta administração.</p> <p>Os auditores entendem ser necessário que atividades sejam registradas para fins de controle, assim como a identificação e acesso único para cada usuário do sistema MXM.</p> <p>Sugeriram também a realização de um mapeamento dos perfis e funções dos sistemas identificando possíveis conflitos para que possa ser aplicada a adequada segregação de funções nos acessos.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Para maiores informações, vide item “4.1. Fatores de Risco—Riscos relacionados à Companhia—A Companhia e seu auditor independente identificaram deficiências significativas nos controles internos da Companhia e, se a Companhia não for capaz de tornar seus controles internos eficazes, poderá incorrer em erros no reporte de seus resultados e/ou não ser capaz de prevenir práticas inapropriadas, erros ou fraudes” deste Formulário de Referência.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Assunto	Comentários da Administração
(i) Ausência de revisão quanto a natureza das classificações das contas contábeis de resultado (segregação entre custo e despesa).	<p>A Administração está executando um plano de reestruturação das áreas administrativa, financeira e de tecnologia da informação. Este plano engloba principalmente: (i) substituição do sistema de gestão integrado (ERP); (ii) internalização do processamento da contabilidade e demonstrações financeiras (atualmente terceirizado); e (iii) contratação de profissionais para reforçar a equipe.</p> <p>A implementação de um novo ERP associada a internalização do processamento da contabilidade tem como premissa revisar todos os processos da Companhia, revisar as estruturas de: (i) plano de contas: para buscar a correta classificação dos componentes das demonstrações contábeis; (ii) centros de custos: um dos pilares para a correta alocação de custos e despesas; (iii) saneamento de cadastros de forma a atingir os requisitos dos SPEDs contábil e fiscal; e (iv) cadastro de usuários e perfil de acesso destes usuários de forma a garantir segregação de funções e logs de controle.</p> <p>Prazos estimados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Contratação de profissionais para reforçar a equipe: ago-out/20; 2) Avaliação opções ERP e decisão do fornecedor/consultoria: set-out/20; 3) Implantação ERP: out/20 – abr/21.
(ii) Ausência de elaboração tempestiva de conciliações contábeis.	<p>Como informado acima, a Administração está executando um plano de reestruturação das áreas administrativa, financeira e de tecnologia da informação. A implementação de um novo ERP tem como premissa revisar todos os processos da Companhia, automatizar todas as rotinas relacionadas ao faturamento, contas a receber e a pagar, adiantamentos e demais movimentações relacionadas ao negócio que venham a ser identificadas durante o mapeamento de processos. Esta automação deverá integrar a contabilização tempestiva das transações e gerar os relatórios de conciliação das referidas contas elencadas pelos auditores solucionando este ponto.</p>
(iii) Ausência de política para constituição da provisão para perda esperada com chargeback.	<p>Como informado acima, a Administração está executando um plano de reestruturação das áreas administrativa, financeira e de tecnologia da informação.</p> <p>O mapeamento do ciclo de contas a receber deverá garantir a contabilização tempestiva do <i>chargeback</i>.</p> <p>Além disso, a Companhia implementou, em agosto de 2020, uma política interna de gestão do <i>chargeback</i>, passando a realizar o registro contábil da provisão desta despesa pela performance média dos últimos meses. A formalização da política e dos referidos procedimentos está contemplada na revisão de processos da implementação do ERP, devendo ser concluída no quarto trimestre de 2020.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

<p>(iv) Ausência de política para realização de lançamentos contábeis manuais.</p>	<p>Como informado acima, a Administração está executando um plano de reestruturação das áreas administrativa, financeira e de tecnologia da informação.</p> <p>A implementação de um novo ERP contemplará o cadastro de usuários e a criação de um perfil de acesso destes usuários de forma a garantir segregação de funções e logs de controle. A Administração acredita que uma vez finalizada a implementação do novo ERP este ponto estará superado.</p> <p>Por sua vez, no contexto da implementação do novo ERP, será também formalizada a política para realização de lançamentos contábeis manuais, devendo ser concluída no quarto trimestre de 2020.</p>
<p>(v) Ausência de políticas para registro de ativos intangíveis gerados internamente</p>	<p>Como informado acima, a Administração está executando um plano de reestruturação das áreas administrativa, financeira e de tecnologia da informação.</p> <p>A dinâmica de implantação de um novo sistema de gestão contemplará a revisão de todos os processos administrativos, financeiros e de controles internos, inclusive no que tange à política para registro dos ativos intangíveis. As diretorias financeira e de tecnologia já iniciaram as discussões das metodologias disponíveis para controle dos recursos internos alocados no desenvolvimento de ativos intangíveis gerados internamente. A implementação da metodologia e/ou ferramenta de controle dos recursos internos deverá acontecer paralelamente ao ERP e buscar a automação que for possível no processo.</p> <p>Além de tais procedimentos, é importante mencionar que já em agosto de 2020, a Companhia implementou e formalizou uma política para registro de ativos intangíveis gerados internamente.</p>
<p>(vi) Gestão de acesso lógico</p>	<p>Como informado acima, a Administração está executando um plano de reestruturação das áreas administrativa, financeira e de tecnologia da informação.</p> <p>A implementação de um novo ERP contemplará o cadastro de usuários e a criação de um perfil de acesso destes usuários de forma a garantir segregação de funções e logs de controle. A Administração acredita que uma vez finalizada a implementação do novo ERP este ponto estará superado.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui seu compromisso com a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar as diretrizes que pautam sua atuação corporativa, a Companhia estruturou algumas de suas práticas em seu Código de Ética e Conduta (“Código”), o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2020. Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia estão descritos em seu Código, que destaca veemente a intolerância com qualquer prática ilícita ou antiética, como pagamento de suborno, fraude, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, cartel, concorrência desleal, tráfico de influências, favorecimentos indevidos, entre outros, seja no relacionamento com o poder público ou na esfera dos relacionamentos privados, especialmente no que concerne a atos de corrupção, norteando o desenvolvimento e manutenção de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos ou tentativas de corrupção, sendo aplicável indiscriminadamente a todos os integrantes da Companhia.

A Companhia possui um canal interno de orientações sobre dilemas éticos, reclamações, sugestões e resolução de dúvidas relativas ao Código, bem como para apresentação eventuais denúncias (internas e externas) relacionadas a violações do Código ou de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia.

A reavaliação de riscos e adaptação de políticas é realizada bimestralmente ou sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes na Companhia. Para maiores informações sobre a avaliação de riscos, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

O Código pode ser acessado na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 12º Andar, torre 4, Bairro Vila Nova Conceição, CEP 04543-900, São Paulo, SP.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a área de *compliance* da Companhia será responsável pela verificação e reporte de exposição, ao Conselho de Administração em última instância, de situações que possam vir a representar riscos de *compliance*.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código tem como objetivo estabelecer os valores, diretrizes e princípios pelos quais os administradores, membros de órgãos técnicos e consultivos, funcionários e colaboradores da Companhia devem se pautar ao se relacionarem internamente, com a sociedade ou com qualquer terceiro ao desempenhar suas atividades.

Todos os profissionais da Companhia devem aderir ao Código e às diretrizes nele referenciadas, inclusive relatando eventuais violações em seu ambiente de trabalho. A aplicação de sanções devido a transgressões às normas do referido Código será apreciada caso a caso e deverá considerar: (i) a natureza e a gravidade da transgressão; (ii) o cargo do transgressor e suas responsabilidades; (iii) o histórico do transgressor e as circunstâncias atenuantes; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências da sanção.

Qualquer profissional que viole as disposições deste Código e das diretrizes neste documento referenciadas, ou os princípios e normas de conduta por eles adotados, está sujeito a medidas disciplinares a serem analisadas pela área de ouvidoria da Companhia e validadas pelo departamento jurídico, tais como: (i) advertências; (ii) suspensões; (iii) sanções, inclusive pecuniárias; (iv) demissão; (v) processos judiciais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Todos os administradores, funcionários e colaboradores da Companhia ou de quaisquer de suas controladas devem seguir e zelar pela constante observância do Código, em conjunto com as políticas e normas internas da Companhia.

Adicionalmente, caberá aos destinatários do Código a participação em atividades e treinamentos quanto ao conteúdo do Código, das políticas e normas internas da Companhia, a serem realizados anualmente ou sempre que a Companhia entender necessário.

O Código pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 12º Andar, torre 4, Bairro Vila Nova Conceição, CEP 04543-900, São Paulo, SP; e (ii) internet: site da Companhia (ri.enjoei.com.br), site da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

(b) canal de denúncia

A Companhia possui um canal interno de orientações sobre dilemas éticos, reclamações, sugestões e resolução de dúvidas relativas ao Código, bem como para apresentação de eventuais denúncias (internas e externas) relacionadas a violações do Código ou de quaisquer leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia, o qual estará disponível para acesso pelo site <https://denuncia.iaudit.com.br/sistema/enjoei> a partir da data de concessão do registro de Companhia aberta pela Comissão de Valores Mobiliários.

As denúncias de potenciais violações reportadas por meio do Canal de Orientação e Denúncia serão encaminhadas à área de ouvidoria da Companhia, que coordenará sua respectiva apuração – respeitadas as eventuais competências dos demais órgãos previstas em lei ou nas normas internas da Companhia – e reportará seus respectivos andamentos ao Comitê de Auditoria.

Caso a denúncia se refira à própria área de ouvidoria ou a membros da Diretoria da Companhia, ela deverá ser imediatamente encaminhada ao Comitê de Auditoria, que procederá a sua análise e a submeterá, com suas eventuais considerações e recomendações, ao Conselho de Administração para adoção das medidas cabíveis.

Este é o único canal oficial de comunicação para que sejam denunciados, inclusive anonimamente, todos os casos de violação ao Código, leis, diretrizes, políticas e normas internas da Companhia. O canal garante o sigilo quanto ao colaborador que realizou a denúncia e trata as informações com a devida diligência e confidencialidade, garantindo o seu correto processamento. A confidencialidade garante, ainda, que o colaborador de boa-fé que utilizar qualquer meio direto para manifestação ou denúncias não sofrerá nenhuma retaliação ou punição em função disto.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, até o momento, não tem como prática e não possui como intenção em seu plano de negócios a realização de operações de fusões, aquisições e reestruturações societárias.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5 - Alterações significativas**

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras informações relevantes

A Política de Gerenciamento de Riscos (“**Política de Gerenciamento de Riscos**”) da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2020 e entrará em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, que visa estabelecer diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia, primordialmente, no que tange à identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, bem como controles e procedimentos de monitoramento para a efetiva criação, proteção e crescimento do valor da Companhia, observadas as disposições no estatuto social, no Código de Conduta e nas demais políticas em vigor. A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada na: (i) sede da Companhia: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 12º Andar, torre 4, Bairro Vila Nova Conceição, CEP 04543-900, São Paulo, SP; e (ii) internet: site da Companhia (ri.enjoei.com.br).

A Companhia adota, ainda, normativos complementares destinados ao gerenciamento de seus riscos, tais como o seu Código de Ética e Conduta (“**Código de Ética**”) que é disponibilizado para todos os colaboradores e tem como objetivo estabelecer os valores, diretrizes e princípios pelos quais os administradores, membros de órgãos técnicos e consultivos, funcionários e colaboradores da Companhia devem se pautar ao se relacionarem internamente, com a sociedade ou com qualquer terceiro ao desempenhar suas atividades.

Ao adotar um processo estruturado de gerenciamento de riscos, pautado pela nova Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia espera manter-se adequada às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

A Política de Gerenciamento de Riscos visa à gestão dos seguintes tipos de risco a que está sujeita a Companhia:

“Risco Estratégico”	Risco de implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que deixe de atingir os objetivos da Companhia.
“Risco Operacional”	Risco resultante de falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos ou eventos externos que possa dificultar o alcance dos objetivos da empresa, incluindo-se o risco resultante de falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos para elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.
“Risco de Imagem”	Risco de prejuízo decorrente da exposição negativa da marca em redes sociais, por meio de reclamações, mensagens e comentários divulgados pelos clientes.
“Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação”	Risco de falhas no serviço de infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo anomalias nos indicadores de serviços, servidores, bancos de dados e <i>endpoints</i> de terceiros, bem como lentidões e oscilações na plataforma, que podem acarretar a redução ou interrupção total ou parcial das atividades.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

“Risco de Vendas”	Risco de oscilações nos níveis de transações realizadas na plataforma, que podem estar limitados a um segmento específico ou envolver as vendas na plataforma de uma maneira geral. Os Riscos de Vendas podem decorrer de uma deficiência na estratégia ou incentivos de marketing, em problemas envolvendo determinado grupo de produtos, em instabilidades e falhas verificadas nos sistemas de meio de pagamento, no carregamento do checkout (hipótese em que tratar-se-á também de um Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação), entre outros.
“Risco de Liquidez”	Risco de falta de capacidade financeira da Companhia para pagar suas dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, sem afetar suas operações do dia a dia e sem incorrer em perdas significativas.
“Risco de Crédito”	Risco relativo à inadimplência de clientes devido à falta de capacidade financeira para honrar suas dívidas, falhas de comunicação entre a Companhia e seus devedores, desavenças entre a Companhia e seus devedores acerca dos montantes devidos e outras.
“Risco de Compliance”	Risco de estar sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas.
“Risco de Dados”	Risco relacionado à perda, ao mau uso ou à divulgação não autorizada de dados pessoais ou sensíveis de clientes, fornecedores, parceiros de negócio, que possam causar danos ou transtornos a qualquer indivíduo, ameaçar os negócios da Companhia ou prejudicar sua reputação.
“Risco Estrutural do Meio de Pagamento”	Risco relacionado à interrupção estrutural das operações desenvolvidas pelas empresas de meio de pagamento que prestam serviços para a Companhia, o que pode vir a prejudicar o fluxo de pagamento relacionado às atividades da Companhia. O Risco Estrutural do Meio de Pagamento é mitigado em razão do fato de a Companhia contar com mais de um meio de pagamento em funcionamento, podendo direcionar as transações de um sistema para o outro.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece um processo estruturado a ser implementado e internalizado pela Companhia gradativa mas ativamente, que envolve:

- **ambiente interno** – envolve o estabelecimento da base de como riscos e controles são visualizados e tratados pelos colaboradores da Companhia;
- **fixação de objetivos** – pressupõe a certificação de que a administração dispõe de um processo para fixar objetivos e que os objetivos escolhidos se alinham à missão e aos princípios da Companhia;
- **identificação de eventos** - inclui a identificação de fatores internos e externos que possam afetar adversamente as estratégias de negócios e as metas da Companhia;
- **avaliação do risco** – exige uma análise dos riscos identificados para formar uma base para determinar como deverão ser gerenciados;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

- **resposta ao risco** – exige que a administração implemente um conjunto de iniciativas e planos de ação para mitigar riscos quando for o caso, com base no perfil de risco na Companhia;
- **atividades de controle** – inclui o estabelecimento e a execução de políticas e procedimentos com o intuito de assegurar que a estrutura selecionada de resposta ao risco é adequada e a sua gestão efetivamente realizada;
- **informação e comunicação** – exige que as informações relevantes sejam identificadas, capturadas e comunicadas em formato e prazo que permitam às pessoas desempenhar suas atribuições; e
- **monitoramento** – exige revisão e atualização permanentes do processo de gestão de riscos da Companhia para garantir que esta esteja apta a reagir prontamente a circunstâncias diferentes e inesperadas.

O gerenciamento dos diferentes riscos elencados no item acima ocorre da seguinte forma:

“Risco Estratégico”

O Risco Estratégico está sob responsabilidade imediata da Diretoria. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

“Risco Operacional”

O Risco Operacional está sob responsabilidade imediata da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**“Risco de Imagem”**

O Risco de Imagem está sob responsabilidade imediata da Área de *Customer Success*, incumbida do monitoramento da marca nas mídias sociais. Seu gerenciamento está baseado (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

A equipe é notificada de menções, mensagens e reclamações envolvendo a marca nas mídias sociais. Os contatos com usuários dos serviços são centralizados em uma única plataforma, que armazena histórico, mapeia oportunidades para melhoria do produto, fornece a possibilidade autoatendimento e estabelece um limite de 24 horas para o primeiro contato com o usuário.

As interações dos usuários são classificadas nas seguintes categorias:

- (i) Reclamação: assuntos em que já houve atendimento, mas não houve satisfação do usuário com a solução dada.
- (ii) Solicitação: assuntos que requerem suporte para realizar ações na plataforma.
- (iii) Informação: assuntos abordados na sessão de *Frequent Asked Questions* em que o suporte atua para prestar esclarecimentos adicionais.

A priorização entre diferentes mídias é baseada na frequência com que os usuários a utilizam para entrar em contato com a plataforma.

As questões envolvendo parceiros da plataforma são tratadas com atenção às especificidades para propor solução adequada, acompanhar a resolução e registrar atendimento prestado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

“Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia da Informação”

O Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia de Informação está sob responsabilidade direta da Área de Engenharia de Software. Seu gerenciamento está baseado (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

Esta atuação dá-se com apoio softwares de monitoramento de indicadores nos serviços, servidores, banco de dados e *endpoints* de terceiros, que (i) informam os responsáveis de engenharia e infraestrutura de qualquer anomalia; e (ii) automaticamente ajustam a algumas alterações.

A implementação de novas funcionalidades segue um fluxo de aprovação destinado a evitar o risco de *downtime*. O referido fluxo envolve a revisão por diferentes integrantes especializados, determinados de acordo com os impactos trazidos pela nova funcionalidade. Posteriormente a nova funcionalidade é submetida a testes pela equipe responsável, que são seguidos por outros testes automatizados e manuais do mesmo código em cópia interna do ambiente de produção. O lançamento da nova funcionalidade também é adequado ao seu nível de risco para a infraestrutura e seguido por novos testes do código já na plataforma.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**“Risco de Vendas”**

O Risco de Vendas está sob responsabilidade direta da Área de Marketing. Seu gerenciamento está baseado (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

O monitoramento direto e constante define a estratégia utilizada para tratar um risco cuja concretização se mostre iminente ou efetiva.

Monitoramento: a Área de Marketing acompanha diariamente, hora a hora, curvas de engajamento no website e nos aplicativos (a partir de cliques, investimentos, comentários, ofertas, intenções de compra) e curvas de venda, comparando-as com histórico da curva naquele dia e expectativa de crescimento desta curva de venda. Este monitoramento é feito com suporte de softwares especializados.

O monitoramento também contempla flutuações abruptas de indicadores-chave de desempenhos (*Key Performance Indicator*) com instrumentos automatizados de notificação destas variações.

A identificação de comportamentos fora do esperado dispara a atuação dentro da Enjoei para mapear a queda, com investigação de cortes mais segmentados, que baseará a classificação das situações em diferentes cenários que definem as estratégias a serem adotadas, de acordo com hipóteses levantadas pelos times de acordo com as informações disponíveis. As estratégias envolverão, então, ações pontuais no caso de problemas pontuais que estejam gerando a queda na curva de vendas, ou ações estruturais, envolvendo soluções de marketing ou de produto.

Caso a investigação leve à conclusão que há um problema de produto, o time de produto é acionado para investigação do código, atuando com vistas às mudanças recentes, em especial nas etapas de funil de conversão em que se identificaram os estreitamentos durante a investigação.

A proposta de solução mais rápida e de maior impacto é perseguida pela atuação conjunta dos times de Marketing, BI, Produto e Engenharia, que buscam a implementação de nova versão do código a ser novamente acompanhado pelos times de Marketing e BI.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**“Risco de Liquidez”**

O Risco de Liquidez está sob responsabilidade direta da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

“Risco de Crédito”

O Risco de Crédito está sob responsabilidade direta da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**“Risco de Compliance”**

O Risco de Compliance está sob responsabilidade direta da Área Jurídica e de Compliance. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes, na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais e na garantia da independência necessária para endereçar as questões associadas.

O Comitê de Auditoria também é diretamente responsável pelo aperfeiçoamento do gerenciamento do Risco de Compliance, devendo investigar e monitorar eventos prejudiciais à política de compliance da Companhia, além de coordenar e monitorar as atividades do canal de denúncias desempenhadas pela área de ouvidoria da Companhia para assegurar autonomia, sigilo, confidencialidade e um ambiente livre de retaliações.

“Risco de Dados”

O Risco de Dados está sob responsabilidade direta da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica de riscos; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

“Risco Estrutural do Meio de Pagamento”

O Risco Estrutural do Meio de Pagamento está sob responsabilidade direta da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. A definição de um processo estruturado pela Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo proporcionar a sistematicidade da gestão deste Risco, que se baseia (i) no monitoramento e gerenciamento direto e constante; (ii) na reavaliação periódica; (iii) na identificação de novos riscos; (iv) na avaliação integrada aos outros riscos; e (v) na avaliação da efetividade de seu gerenciamento. O gerenciamento do risco também está fundado na especialização para respostas diretas e constantes e na comunicação e integração para respostas estratégicas e estruturais.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi elaborada tendo em conta as sugestões *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), de modo que a descrição abaixo é pautada pelos elementos do processo estruturado de Gerenciamento de Riscos Corporativos elencados em seu relatório.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**Primeiro Nível – Identificação de Eventos e Resposta a Riscos:**

O Primeiro Nível de gestão dos riscos é formado pela Política de Gerenciamento de Riscos a partir da alocação de cada um dos riscos elencados no item (i) acima a uma área especializada que deverá monitorar e responder aos riscos de sua responsabilidade, com o suporte de softwares e de outras áreas da Companhia. Esta linha atua com vistas à resposta rápida aos riscos e está, por isso, baseada no monitoramento contínuo e em respostas pontuais. O objetivo principal nesta etapa é reduzir a probabilidade e o impacto dos riscos.

Integram esta etapa de proteção (i) a Diretoria, responsável pelo Risco Estratégico; (ii) a Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, responsável pelos Riscos Operacional, de Crédito, de Liquidez, de Dados e o Risco Estrutural de Meios de Pagamento; (iii) a Área Jurídica e de Compliance, responsável pelo Risco de Compliance; (iv) a Área de Engenharia de Software, responsável pelo Risco de Infraestrutura de Sistema de Tecnologia de Informação; (v) a Área de Customer Success, responsável pelo Risco de Imagem; e (vi) a Área de Marketing, responsável pelo Risco de Vendas.

Todas estas áreas devem, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, elaborar relatório bimestral de mapeamento do risco sob sua competência e do gerenciamento do referido risco, que deverá ser remetido à Área de Riscos, Controle Interno e Auditoria Interna. Este relatório visa ao aprimoramento constante do gerenciamento de riscos, sendo também o primeiro elemento de um processo de comunicação e informação dentro da Companhia.

Segundo Nível – Informação e Comunicação, e Atividades de Controle do Gerenciamento de Riscos:

O Segundo Nível de gerenciamento de riscos tem como núcleo a Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. No fluxo de informação, esta área é responsável por receber todos os relatórios bimestrais das outras áreas que integram a primeira linha de gestão dos riscos e elaborar, também bimestralmente, um relatório dos riscos da Companhia. Este relatório deverá descrever os Riscos da Companhia, sua avaliação e os resultados do Gerenciamento de Riscos.

Além disso, a Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna atua na atividade de controle dos riscos, cabendo a ela estabelecer o processo de Gestão do Risco da Companhia, fixar e coordenar as diretrizes referentes aos controles internos e ao risco corporativo, revisar anualmente o sistema de controle de riscos internos, coordenar a detecção de qualquer Risco e monitorar a eficácia do Gerenciamento de Risco.

A Diretoria também atua nesse nível, assumindo um viés mais executivo. Nesse sentido, assume a função de propor o Apetite por Risco da Companhia, revisar periodicamente a Política e apresentar sugestões ao Conselho de Administração, reexaminar periodicamente a Avaliação de Risco e relatar quaisquer descobertas ao Conselho de Administração.

A Diretoria e a Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna atuarão a partir das decisões do Conselho de Administração apoiado pelo Comitê de Auditoria para adequar as respostas aos riscos de acordo com as deliberações deste órgão, além de fornecer a informação decorrente do contato mais direto para a melhor deliberação do Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**Terceiro Nível – Fixação de objetivos, Avaliação de Risco e Atividades de Controle:**

O Terceiro Nível de gerenciamento consiste na atuação do Conselho de Administração com suporte do Comitê de Auditoria. Este deverá analisar e consolidar as informações constantes dos relatórios bimestrais da Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, reportando suas conclusões e sua avaliação sobre a confiabilidade dos controles internos da Companhia semestralmente ao Conselho de Administração. Ao Comitê também caberá avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia, investigar e monitorar eventos que possam prejudicar os controles internos e a política de *compliance* da Companhia, dentre outras funções de coordenação e fiscalização.

Ao Conselho de Administração, por fim, caberá a função de orquestrar a aplicação da Política de Gerenciamento de Riscos na Companhia com o suporte da análise e das informações trazidas tanto pelo Comitê de Auditoria, quanto pela Diretoria. Por isso, ele deverá determinar o Apetite por Risco da Companhia, revisar, monitorar e aprovar as estratégias da Companhia para a gestão do risco, além de deliberar sobre os relatórios e outros documentos elaborados pelo Comitê de Auditoria e pela Área de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. Dentro dessa atuação, lhe caberá tomar as principais decisões no processo de gestão de riscos da Companhia, avaliar a efetividade do sistema de controles internos.

Implementação e aperfeiçoamento da cultura de gerenciamento de riscos:

O Conselho de Administração tem, no momento em que se encontra a Companhia, a função de aperfeiçoar a aplicação da Política de Gerenciamento de Riscos formalizada recentemente, incutindo em toda a Companhia uma cultura de gerenciamento de riscos adequada às novas circunstâncias. Para isso, cabe ao Comitê de Auditoria realizar treinamentos recorrentes com todo o pessoal da Companhia para capacitá-los a identificar, evitar, avaliar, monitorar e mitigar Riscos. Nesse mesmo sentido, a Área de Jurídica e de Compliance será responsável por conduzir treinamentos de *compliance* e preparar boletins informativos para outras áreas quando julgar conveniente.

O processo de implementação da Política de Gerenciamento de Riscos e concomitante aperfeiçoamento baseia-se na informação, na comunicação e no monitoramento para aplicar o gerenciamento de riscos de forma sistemática para além do Primeiro Nível, possibilitando o acompanhamento e ajuste adequado às mudanças por que passar a Companhia.

Com base nas informações descritas neste item 5.6, a Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos é adequada.

A adequação da estrutura operacional e de controles internos é objeto de monitoramento e reavaliação do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria com o objetivo de se verificar: (i) se a Política de Gerenciamento de Riscos, assim como nossos demais códigos e políticas, estão sendo efetivamente adotados; e (ii) eventuais necessidades de revisões ou melhorias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das informações contábeis intermediárias da Companhia referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019, e das demonstrações contábeis anuais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A AH compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A AV representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 30 de junho de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R\$30.805 mil, sendo ligeiramente inferior ao passivo circulante, que era de R\$33.328mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 0,92. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R\$16.330mil, sendo ligeiramente inferior ao passivo circulante, que era de R\$17.841mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 0,92. Em 31 de dezembro de 2018, o índice de liquidez corrente foi de 2,72 e, em 31 de dezembro de 2017, foi de 1,28. O crescimento do índice de liquidez corrente de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018 é resultado do aumento de capital decorrente de duas séries de captação de investimentos realizadas em 2018, que aumentaram significativamente o caixa da Companhia, elevando o índice de 1,28 para 2,72. Para os demais anos, a redução gradual do índice é consequência da redução de caixa, usado para financiar as atividades operacionais e o crescimento da Companhia.

Em 30 de junho de 2020, 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido) foi de 3,76, 1,47, 0,46 e 0,98, respectivamente. A redução do índice de endividamento total entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 é atribuído, principalmente, ao aumento de capital decorrente de duas séries de captação de investimentos realizadas em 2018. O aumento do índice de endividamento total entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 é atribuído, principalmente, aos resultados operacionais da Companhia. A variação entre o índice de endividamento total em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020 decorre de duas operações de crédito realizadas para fortalecer o caixa da companhia no momento de incerteza, consequência da pandemia da COVID-19, tendo uma de tais operações sido liquidada em agosto de 2020, conforme detalhado no item 10.1 (f) abaixo.

Em 30 de junho de 2020, 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice de endividamento geral (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo ativo total) foi de 79,0%, 59,6%, 31,5% e 49,6%, respectivamente. A redução do índice de endividamento geral entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018 é atribuída, principalmente, ao aumento de capital decorrente de duas séries de captação de investimentos realizadas em 2018. O aumento do índice de endividamento geral entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 é atribuído, principalmente, aos resultados operacionais da Companhia, que resultaram em consumo de caixa oriundo das duas séries de captação ocorridas em 2018. A variação entre o índice de endividamento geral em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020 decorre de duas operações de crédito realizadas para fortalecer o caixa da companhia no momento de incerteza, consequência

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

da pandemia da COVID-19, que foi parcialmente utilizado para pagamento das operações normais da Companhia. Conforme detalhado no item 10.1 (f) abaixo, uma dessas operações foi liquidada em agosto de 2020.

A administração acredita que a Companhia possui condições de gerar e/ou captar recursos no mercado para implementar os seus planos de negócios e investimentos e cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo, considerando principalmente que tem acesso a crédito em bancos e conta com o suporte de investidores institucionais que, até 30 de junho de 2020, aportaram R\$89 milhões no capital social da Companhia.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento.

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$9.996 mil, passando para R\$35.702mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação é atribuída, principalmente, ao aumento de capital decorrente de duas séries de captação de investimentos realizadas em 2018, no montante total de R\$45.801 mil, que foi parcialmente absorvido pelo prejuízo do exercício de 2018 no montante de R\$20.095 mil, resultante, sobretudo, das despesas ordinárias de operação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$35.702mil, passando para R\$14.945mil em 31 de dezembro de 2019. Essa redução decorreu, principalmente, da redução dos resultados operacionais em virtude, principalmente, do aumento de R\$9.152mil com despesas publicitárias realizadas para aumentar a visibilidade da Companhia e permitir o seu crescimento, parcialmente compensado pelo aumento de R\$14.678 mil das receitas operacionais líquidas decorrente do crescimento no volume de transações da Companhia no período.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$14.945mil, passando para R\$10.823mil em 30 de junho de 2020. Essa redução decorreu do prejuízo do exercício no montante de R\$ 4.122 mil, resultante, sobretudo, das despesas ordinárias de operação da Companhia.

A Companhia apresentou, em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a seguinte estrutura de capital entre capital próprio e de terceiros, que é condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	40.710	22.009	16.387	9.840
Capital próprio (patrimônio líquido)	10.823	14.945	35.702	9.996
Capital total (terceiros + próprio)	51.533	36.964	52.089	19.836
Parcela de capital de terceiros	79,00%	59,54%	31,46%	49,61%
Parcela de capital próprio	21,00%	40,43%	68,54%	50,39%

Conforme demonstrado na tabela acima, houve um aumento do capital de terceiros significativo ao longo dos períodos em análise, como consequência do crescimento normal da operação (principalmente da conta de fornecedores) e de empréstimos realizado com o intuito de fortalecer o caixa da companhia, os quais foram parcialmente quitados em agosto de 2020, conforme descrito no item 10.1 (f) abaixo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de captar novos recursos provenientes de investimentos, empréstimos e financiamentos, além do próprio acesso ao mercado de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso haja necessidade.

Nos últimos exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional e por meio de recursos de terceiros, incluindo o suporte de investidores institucionais que, até 30 de junho de 2020, aportaram R\$89 milhões no capital social da Companhia. Assim, considerando o seu baixo endividamento e o seu fluxo de caixa, a Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos do COVID-19 na economia brasileira, nas operações e nos fluxos de caixa futuros da Companhia. Caso entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram as rodadas de investimento e a utilização de empréstimos e financiamentos de terceiros, descritos no item 10.1(f) abaixo.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso necessários, empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento bancário da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020:

(em R\$ milhares)	Seis meses findos em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamento (circulante e não circulante)				
- CCB Santander	5.585	675	1.487	-
- CCB Banco Itaú Unibanco	1.851	-	-	-
Total	7.436	675	1.487	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O endividamento da Companhia é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, tomados com a principal finalidade de fornecer capital de giro e, particularmente em relação ao exercício corrente, fortalecer o caixa da companhia em razão da incerteza causada pela pandemia da COVID-19. No período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, foram realizadas duas operações de crédito, tendo uma delas sido liquidada em agosto de 2020.

A seguir, a Companhia apresenta uma breve descrição dos contratos celebrados:

Cédula de Crédito Bancário nº 4136073

Em 1º de abril de 2020, a Companhia celebrou cédula de crédito bancário junto ao Banco Santander S.A., no valor principal de R\$ 5.500 mil, garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios de aplicações financeiras. Sobre o valor principal do crédito, incide taxa de juros prefixados equivalente a 6,72% ao ano. O contrato deve ser pago em 18 parcelas, sendo a primeira parcela da amortização devida em 06 de maio de 2020 e a última em 28 de março de 2022. Em 30 de junho de 2020, o saldo em aberto desse contrato era de R\$5.585 mil. O contrato contém as restrições previstas no item 10.1 (f) (iv) abaixo, bem como demais cláusulas usuais de vencimento antecipado.

Cédula de Crédito Bancário nº 1624066765

Em 06 de abril de 2020, a Companhia celebrou cédula de crédito bancário junto ao Itaú Unibanco S.A., no valor principal de R\$ 2,0 milhões. Em 30 de junho de 2020, o saldo em aberto desse contrato era de R\$1.851 mil, o qual foi liquidado antecipadamente em agosto de 2020.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 30 de junho de 2020, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as obrigações constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia junto às instituições financeiras. Tais contratos não possuem cláusulas restritivas (covenants), inclusive em relação à manutenção de índices financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo alienação de ativos, alienação de controle societário e reorganização societária, dentre outras cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

<p>Cédula de Crédito Bancário nº 4136073</p>	<p>Esta cédula será considerada antecipadamente vencida, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos:</p> <p>se a Companhia e/ou sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas, pela Companhia, inclusive no exterior inadimplirem suas obrigações e/ou não liquidarem, no respectivo vencimento, débito se sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com terceiros, inclusive no exterior, e/ou se ocorrer rescisão dos respectivos documentos, por culpa da Companhia e/ou quais sociedades direta ou indiretamente ligadas, coligadas, controladoras ou controladas, pela Companhia, inclusive no exterior;</p> <p>se a Companhia tiver seu controle societário, direto ou indireto, transferido a terceiros ou vierem a ser incorporados, ou ocorrer a fusão, ou a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade, sem que o Banco Santander (Brasil) S.A. tenha manifestado, formalmente, a decisão de manter vigente a cédula.</p>
---	---

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía um saldo de R\$7.436 mil em empréstimos e financiamentos tomados e não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tivesse sido integralmente desembolsado. Como supracitado, a Companhia liquidou antecipadamente a cédula de crédito bancário nº 1624066765 em agosto de 2020. A cédula de crédito bancário nº 4136073 vence em 28 de março de 2022.

O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, com as informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (www.ri.enjoei.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019 e dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 30 DE JUNHO DE 2019**

(em R\$ mil, exceto %)	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020	AV	Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019	AV	AH
Receita líquida	28.605	100,00%	22.533	100,00%	26,95%
Custos do serviço prestado	(17.575)	-61,44%	(15.784)	-70,05%	11,35%
Lucro bruto	11.030	38,56%	6.749	29,95%	63,43%
Receitas (despesas) operacionais	(14.389)	-50,30%	(13.184)	-58,51%	9,14%
Despesas publicitárias	(4.166)	-14,56%	(1.396)	-6,20%	198,42%
Gerais e administrativas	(10.175)	-35,57%	(12.374)	-54,92%	-17,77%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(48)	-0,17%	586	2,60%	-108,19%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(3.359)	-11,74%	(6.435)	-28,56%	-47,80%
Resultado financeiro líquido	(773)	-2,70%	198	0,88%	-490,40%
Receita financeira	214	0,75%	1.038	4,61%	-79,38%
Despesa financeira	(987)	-3,45%	(840)	-3,73%	17,50%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(4.132)	-14,45%	(6.237)	-27,68%	-33,75%
Imposto de renda e contribuição social	10	0,03%	13	0,06%	-23,08%
Prejuízo do período	(4.122)	-14,41%	(6.224)	-27,62%	-33,77%

Receita líquida

A receita líquida aumentou R\$6.072 mil, ou 26,95%, de R\$22.533 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 para R\$28.605 mil no mesmo período em 2020, principalmente devido ao aumento da base de usuários (8,4 milhões de usuários acumulados em 30 de junho de 2019 contra 10,7 milhões em 30 de junho de 2020) e, consequentemente, do número de transações (842 mil transações no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 contra 1.324 mil no mesmo período em 2020). Esse aumento foi obtido em decorrência dos investimentos em mídia off-line, como comerciais e propagandas e mídia de performance, além do constante desenvolvimento da plataforma, importante para garantia de conversão de novos usuários e retenção de usuários recorrentes.

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado aumentou R\$1.791 mil, ou 11,35%, de R\$15.784 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 para R\$17.575 mil no mesmo período em 2020, principalmente devido ao aumento da base de usuários e, consequentemente, do número de transações no período, conforme mencionado acima, tendo tal aumento sido parcialmente compensado pela otimização de custos operacionais relacionados a tecnologia e logística em razão do volume de transações.

Lucro bruto

Em decorrência das variações acima, o lucro bruto aumentou de R\$6.749 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 para R\$11.030 mil no mesmo período em 2020, representando uma variação de R\$4.821 mil ou 63,43%. Desta forma, a margem bruta do período de seis meses

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

findos em 30 de junho de 2020 se elevou em 9pp (pontos percentuais), atingindo 38,56% contra 29,95% no mesmo período em 2019.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais aumentaram em R\$1.205 mil ou 9,14%, passando de R\$13.184 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019 para R\$14.389 mil no mesmo período de 2020, em razão das seguintes variações:

- Aumento de R\$2.770 mil ou 198,42% nas despesas publicitárias, que passaram de R\$1.396 mil para R\$4.166 mil, em decorrência do aumento do volume de mídia no período.
- Redução de R\$2.199 mil ou 17,77% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R\$12.374 mil para R\$10.175 mil, devido, principalmente, à economia de R\$1.170 mil em despesas com salário de colaboradores e encargos sobre a folha de pagamento, dos quais R\$73 mil em virtude das medidas adotadas pelo Governo Federal para combater os efeitos da crise causada pela pandemia da COVID-19, tendo sido mantido o salário líquido dos funcionários.
- Redução de R\$634 mil em outras receitas líquidas, que passaram de receita de R\$586 mil para prejuízo de R\$48 mil, principalmente em decorrência da existência de receitas extraordinárias no montante de R\$770 mil relativas à operação logística em 2019.

Prejuízo operacional antes do resultado financeiro

Em razão das variações acima, observou-se um prejuízo antes do resultado financeiro de R\$3.359 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, comparado com um prejuízo de R\$6.435 mil no mesmo período de 2019, representando uma variação positiva de R\$3.076 mil, ou 47,80%.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro variou negativamente em R\$971 mil ou 490,40% na comparação entre o resultado positivo de R\$198 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e o resultado negativo de R\$773 mil no mesmo período de 2020, em decorrência das seguintes variações:

- Redução na receita financeira, no montante de R\$824 mil ou 79,38%, que registrou R\$1.038 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e R\$214 mil no mesmo período em 2020, ocasionada, principalmente, pela redução do rendimento de aplicações financeiras (R\$184 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 contra R\$991 mil no mesmo período de 2019) tendo em vista a redução das aplicações em investimentos a fim de cobrir as necessidades de caixa da Companhia, combinada com a redução das taxas de juros do mercado.
- Aumento na despesa financeira, no montante de R\$147 mil ou 17,50%, que registrou R\$840 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e R\$987 mil no mesmo período em 2020, resultante do aumento de despesas em juros de empréstimos em decorrência da contratação de linhas de crédito realizadas no período para fortalecer o caixa da Companhia em decorrência da pandemia de COVID-19.

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Por conta das variações acima mencionadas, o resultado antes do imposto de renda representou um prejuízo no montante de R\$6.237 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019, comparado a um prejuízo de R\$4.132 mil no mesmo período de 2020, representando uma variação positiva de R\$2.105 mil ou 33,75%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e contribuição social na comparação entre o período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e o mesmo período de 2020, sofreu uma redução de R\$3 mil ou 23,08%, passando de R\$13 mil para R\$10 mil, em decorrência da variação do imposto de renda diferido sobre a amortização do direito de uso do ativo imobilizado.

Prejuízo do período

Devido às variações acima mencionadas, o prejuízo líquido no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019, no montante de R\$6.224 mil, foi superior em 33,77% ao prejuízo líquido no mesmo período de 2020, no montante de R\$4.122 mil.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019	AV	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Receita líquida	53.677	100,00%	38.999	100,00%	37,64%
Custos do serviço prestado	(36.832)	-68,62%	(30.419)	-78,00%	21,08%
Lucro bruto	16.845	31,38%	8.580	22,00%	96,33%
Receitas (despesas) operacionais	(37.439)	-69,75%	(27.596)	-70,76%	35,67%
Despesas publicitárias	(16.726)	-31,16%	(7.574)	-19,42%	120,83%
Gerais e administrativas	(21.089)	-39,29%	(20.214)	-51,83%	4,33%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	376	0,70%	192	0,49%	95,83%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(20.594)	-38,37%	(19.016)	-48,76%	8,30%
Resultado financeiro líquido	(191)	-0,36%	(1.079)	-2,77%	-82,30%
Receita financeira	1.732	3,23%	990	2,54%	74,95%
Despesa financeira	(1.923)	-3,58%	(2.069)	-5,31%	-7,06%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(20.785)	-38,72%	(20.095)	-51,53%	3,43%
Imposto de renda e contribuição social	28	0,05%	-	0,00%	n.m.
Prejuízo do período	(20.757)	-38,67%	(20.095)	-51,53%	3,29%

Receita líquida

A receita líquida aumentou R\$14.678 mil, ou 37,64%, de R\$38.999 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$53.677 mil no exercício de 2019, principalmente devido ao aumento da base de usuários (7,4 milhões de usuários acumulados em 31 de dezembro de 2018 contra 9,5 milhões em 31 de dezembro de 2019) e, conseqüentemente, número de transações (1.695 mil transações no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 contra 1.943 mil no exercício de 2019). Esse aumento foi obtido em decorrência dos investimentos em mídia off-line, como comerciais e propagandas e mídia de performance, além do constante desenvolvimento da plataforma, importante para garantia de conversão de novos usuários e retenção de usuários recorrentes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custos do serviço prestado

O custo do serviço prestado aumentou R\$6.413 mil, ou 21,08%, de R\$30.419 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$36.832 mil no exercício de 2019, principalmente devido ao aumento da base de usuários e, conseqüentemente, do número de transações no período, conforme mencionado acima, tendo tal aumento sido parcialmente compensado pela otimização de custos operacionais relacionados a meio de pagamento e obtenção de condições comerciais melhores com fornecedores em razão do volume de transações.

Lucro bruto

Em decorrência das variações acima, o lucro bruto aumentou de R\$8.580 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$16.845 mil no exercício de 2019, representando uma variação de R\$8.265 mil ou 96,33%. Desta forma, a margem bruta do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 elevou-se em 9pp (pontos percentuais), atingindo 31,38% contra 22,00% no exercício de 2018.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais aumentaram em R\$9,843 mil ou 35,67%, passando de R\$27.596 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$37.439 mil no exercício de 2019, em razão das seguintes variações:

- Aumento de R\$9.152 mil ou 120,83% nas despesas publicitárias, que passaram de R\$7.574 mil para R\$16.726 mil, principalmente devido ao aumento de investimento em marketing offline.
- Aumento de R\$875 mil ou 4,33% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R\$20.214 mil para R\$21.089 mil, devido, principalmente, ao aumento de R\$671 mil em despesas com salário em razão do aumento do quadro de funcionários, bem como um aumento de R\$2.503 mil em depreciação e amortização principalmente de gastos capitalizados com atividades de desenvolvimento da plataforma.
- Aumento de R\$184 mil ou 95,83% em outras receitas operacionais líquidas, que passaram de R\$192 mil para R\$376 mil em decorrência, majoritariamente, da existência de receitas extraordinárias relativas à operação logística.

Prejuízo operacional antes do resultado financeiro

Em razão das variações acima, observou-se um prejuízo de R\$20.594 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com um prejuízo de R\$19.016 mil no exercício de 2018, representando uma variação de R\$1.578, ou 8,30%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro variou positivamente R\$888 mil ou 82,30% na comparação entre o resultado negativo de R\$1.079 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e o resultado negativo de R\$191 mil no exercício de 2019, em decorrência das seguintes variações:

- Aumento na receita financeira, no montante de R\$742 mil ou 74,95%, que registrou R\$1.732 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$990 mil no exercício de 2018, ocasionado pela realização de aportes de capital no exercício de 2018 no montante total de R\$45.801 mil, que resultaram no aumento das aplicações financeiras, gerando rendimento de R\$1.661 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 contra R\$792 mil no exercício de 2018.
- Redução na despesa financeira, no montante de R\$146 mil ou 7,06%, que registrou R\$1.923 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$2.069 mil no exercício de 2018, em razão da incidência de IOF e imposto de renda sobre operações de câmbio ocorridas em 2018 em decorrência do aporte de capital em moeda estrangeira, a qual não ocorreu em 2019.

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Por conta das variações acima mencionadas, o resultado antes do imposto de renda representou um prejuízo no montante de R\$20.785 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com um prejuízo de R\$20.095 mil no exercício de 2018, representando uma variação de R\$690 mil, ou 3,43%.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social registrou R\$28 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, decorrente do imposto de renda diferido sobre a amortização do direito de uso do ativo imobilizado, em contrapartida ao arrendamento. Este valor é decorrente da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) Arrendamentos prospectivamente em 2019. O imposto de renda e contribuição social não registrou saldo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, em decorrência de base negativa e prejuízo fiscal.

Prejuízo do período

Devido às variações acima mencionadas, o prejuízo líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$20.757 mil, foi superior em 3,29% ao prejuízo líquido no exercício de 2018, que registrou um montante de R\$20.095 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ANÁLISE COMPARATIVA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018	AV	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017	AV	AH
Receita líquida	38.999	100,00%	33.553	100,00%	16,23%
Custos do serviço prestado	(30.419)	-78,00%	(24.820)	-73,97%	22,56%
Lucro bruto	8.580	22,00%	8.733	26,03%	-1,75%
Receitas (despesas) operacionais	(27.596)	-70,76%	(22.228)	-66,25%	24,15%
Despesas publicitárias	(7.574)	-19,42%	(5.648)	-16,83%	34,10%
Gerais e administrativas	(20.214)	-51,83%	(16.087)	-47,95%	25,65%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	192	0,49%	(493)	-1,47%	-138,95%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(19.016)	-48,76%	(13.495)	-40,22%	40,91%
Resultado financeiro líquido	(1.079)	-2,77%	516	1,54%	-309,11%
Receita financeira	990	2,54%	2.592	7,73%	-61,81%
Despesa financeira	(2.069)	-5,31%	(2.076)	-6,19%	-0,34%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(20.095)	-51,53%	(12.979)	-38,68%	54,83%
Imposto de Renda / Contribuição Social	-	-	133	0,39%	-
Prejuízo do período	(20.095)	-51,53%	(12.846)	-38,29%	56,43%

Receita líquida

A receita líquida aumentou R\$5.446 mil, ou 16,23%, de R\$33.553 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$38.999 mil no exercício de 2018, principalmente devido ao aumento da base de usuários (5 milhões de usuários acumulados em 31 de dezembro de 2017 contra 7,4 milhões em 31 de dezembro de 2018) e, conseqüentemente, número de transações (1.664 mil transações no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 contra 1.695 mil no exercício de 2018). Esse aumento foi obtido em decorrência dos investimentos em mídia de performance, além do constante desenvolvimento da plataforma, importante para garantia de conversão de novos usuários e retenção de usuários recorrentes.

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado aumentou R\$5.599 mil, ou 22,56%, de R\$24.820 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$30.419 mil no exercício de 2018, principalmente devido ao aumento da base de usuários e, conseqüentemente, do número de transações no período, conforme mencionado acima, e ao início das operações do Enjoei Pro no final de 2017, que demandou investimentos de setup da operação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro bruto

O lucro bruto não sofreu variações significativas no período.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais aumentaram em R\$5.368 mil ou 24,15%, passando de R\$22.228 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$27.596 mil no exercício de 2018, em razão das seguintes variações:

- Aumento de R\$1.926 mil ou 34,10% nas despesas publicitárias, que passaram de R\$5.648 mil para R\$7.574 mil, em decorrência do aumento nos investimentos em mídia e marketing no período.
- Aumento de R\$4.127 mil ou 25,65% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R\$16.087 mil para R\$20.214 mil, atribuído, principalmente, ao aumento das despesas com depreciação e amortização de gastos capitalizados com atividades de desenvolvimento da plataforma, no montante de R\$1.054 mil, e ao aumento de gastos com salários no montante de R\$ 2.084 mil, devido ao aumento do quadro de funcionários.
- Uma variação positiva de R\$685 mil ou 138,95% em outras receitas (despesas) líquidas, que passaram de uma despesa de R\$493 mil para uma receita de R\$192 mil em decorrência de receitas extraordinárias relativas à operação logística em 2018.

Prejuízo operacional antes do resultado financeiro

Em razão das variações acima, o prejuízo antes do resultado financeiro observou um aumento de R\$5.521 mil ou 40,91% na comparação dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, os quais registraram prejuízos antes do resultado financeiro de R\$13.495 mil e R\$19.016 mil, respectivamente.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro variou R\$1.595 mil ou 309,11% na comparação entre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e o exercício de 2017, em decorrência, principalmente, da redução na receita financeira, no montante de R\$1.602 mil ou 61,81%, que registrou R\$2.592 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e R\$990 mil no exercício de 2018. Tal redução é atribuída, principalmente, à redução do volume de aplicações financeiras, combinada com a redução das taxas de juros do mercado, gerando rendimento de R\$792 mil no exercício de 2018 contra R\$1.627 mil no exercício de 2017.

Prejuízo do período

Por conta das variações acima mencionadas, observou-se um prejuízo líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$20.095 mil, comparado a um prejuízo líquido no exercício de 2017 no montante de R\$12.846 mil, representando um aumento de R\$7.249 mil ou 56,43%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇO PATRIMONIAL**

A seguir, são apresentadas as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 30 de junho de 2020 comparado a 31 de dezembro de 2019 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2020 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ mil, exceto %)	Em 30 de junho de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Ativo					
Circulante	30.805	59,78%	16.330	44,19%	88,64%
Caixa e equivalentes de caixa	9.561	18,55%	3.104	8,40%	208,02%
Aplicações financeiras vinculadas	17.352	33,67%	12.587	34,06%	37,86%
Adiantamentos	120	0,23%	81	0,22%	48,15%
Impostos a recuperar	3.746	7,27%	514	1,39%	628,79%
Outros	26	0,05%	44	0,12%	-40,91%
Não circulante	20.728	40,22%	20.624	55,81%	0,50%
Aplicações financeiras vinculadas	333	0,65%	333	0,90%	0,00%
Depósito Judicial	22	0,04%	22	0,06%	0,00%
Imposto diferido	38	0,07%	28	0,08%	35,71%
Imobilizado	4.085	7,93%	4.748	12,85%	-13,96%
Intangível	16.250	31,53%	15.493	41,93%	4,89%
Total do ativo	51.533	100,00%	36.954	100,00%	39,45%

(em R\$ mil, exceto %)	Em 30 de junho de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	33.328	64,67%	17.841	48,28%	86,81%
Fornecedores	8.455	16,41%	4.743	12,83%	78,26%
Empréstimos e financiamentos	3.835	7,44%	675	1,83%	468,15%
Obrigações sociais e trabalhistas	2.810	5,45%	2.061	5,58%	36,34%
Obrigações tributárias	5.488	10,65%	1.041	2,82%	427,19%
Antecipações de recebíveis	8.089	15,70%	5.168	13,98%	56,52%
Outras contas a pagar	3.895	7,56%	3.426	9,27%	13,69%
Arrendamento	756	1,47%	727	1,97%	3,99%
Não circulante	7.382	14,32%	4.168	11,28%	77,11%
Empréstimos e financiamentos	3.601	6,99%	0	0%	100,00%
Arrendamentos	1.560	3,03%	1.947	5,27%	-19,88%
Provisão para riscos	2.221	4,31%	2.221	6,01%	0,00%
Patrimônio líquido	10.823	21,00%	14.945	40,44%	-27,58%
Total do passivo e patrimônio líquido	51.533	100,00%	36.954	100,00%	39,45%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo circulante

O ativo circulante aumentou 88,64%, ou R\$14.475 mil, passando de R\$16.330 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$30.805 mil em 30 de junho de 2020. O ativo circulante representava 44,19% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 59,78% em 30 de junho de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Aumento no saldo de aplicações financeiras vinculadas, no montante de R\$4.765 mil, ou 37,86%, e dos saldos de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$6.457 mil, ou 208,02%, principalmente em decorrência da captação de recursos por meio de empréstimos e financiamento.
- Aumento no saldo de impostos a recuperar, que passou de R\$514 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.746 mil em 30 de junho de 2020, representando uma variação de R\$3.232 mil, ou 628,79%, devido principalmente ao levantamento de créditos extemporâneos oriundos de custos aplicados na operação.

Ativo não circulante

O ativo não circulante manteve-se praticamente constante, aumentando R\$104 mil ou 0,50%, passando de R\$20.264 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$20.728 mil em 30 de junho de 2020. O ativo não circulante representava 55,81% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 40,22% em 30 de junho de 2020.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 86,81%, ou R\$15.487 mil, passando de R\$17.841 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$33.328 mil em 30 de junho de 2020. O passivo circulante representava 48,28% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 64,67% em 30 de junho de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Aumento no saldo de fornecedores, no montante de R\$3.712 mil, ou 78,26%, passando de R\$4.743 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$8.455 mil em 30 de junho de 2020, em razão do crescimento da operação e da renegociação de prazos com fornecedores.
- Aumento no saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, no montante de R\$3.160 mil, ou 468,15%, passando de R\$675 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.835 mil em 30 de junho de 2020, principalmente em decorrência da realização de empréstimos para fortalecimento do caixa.
- Aumento no saldo de obrigações tributárias, no montante de R\$4.447 mil, ou 427,19%, passando de R\$1.041 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$5.488 mil em 30 de junho de 2020, em razão da postergação do pagamento de impostos concedida pelo Governo Federal em decorrência da crise causada pela pandemia de COVID-19.
- Aumento no saldo de antecipação de recebíveis, no montante de R\$ 2.921 mil, ou 56,52%, passando de R\$ 5.168 mil para R\$8.089 mil, como consequência do crescimento da operação.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou 77,11%, ou R\$3.214 mil, passando de R\$4.168 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$7.382 mil em 30 de junho de 2020. O passivo não circulante representava 11,28% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 14,32% em 30 de junho de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência da contratação de empréstimos e financiamentos, no montante não circulante de R\$3.601 mil, referente às parcelas de longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido reduziu 27,58%, ou R\$4.122 mil, passando de R\$14.945 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$10.823 mil em 30 de junho de 2020, devido principalmente aos resultados operacionais da Companhia no período. O patrimônio líquido representava 40,44% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 21,00% em 30 de junho de 2020.

ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2018	AV (%)	AH (%)
Ativo					
Circulante	16.330	44,19%	38.749	74,39%	-57,86%
Caixa e equivalentes de caixa	3.104	8,40%	15.181	29,14%	-79,55%
Aplicações financeiras vinculadas	12.587	34,06%	22.987	44,13%	-45,24%
Adiantamentos	81	0,22%	34	0,07%	138,24%
Impostos a recuperar	514	1,39%	472	0,91%	8,90%
Outros	44	0,12%	75	0,14%	-41,33%
Não circulante	20.624	55,81%	13.340	25,61%	54,60%
Aplicações financeiras vinculadas	333	0,90%	433	0,83%	-23,09%
Depósito Judicial	22	0,06%	103	0,20%	-78,64%
Imposto Diferido	28	0,08%	-	0,00%	100,00%
Imobilizado	4.748	12,85%	1.069	2,05%	344,15%
Intangível	15.493	41,93%	11.735	22,53%	32,02%
Total do ativo	36.954	100,00%	52.089	100,00%	-29,06%

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2019	AV(%)	Em 31 de dezembro de 2018	AV(%)	AH(%)
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	17.841	48,28%	14.238	27,33%	25,31%
Fornecedores	4.743	12,83%	3.598	6,91%	31,82%
Empréstimos e financiamentos	675	1,83%	864	1,66%	-21,88%
Obrigações sociais e trabalhistas	2.061	5,58%	2.224	4,27%	-7,33%
Obrigações tributárias	1.041	2,82%	631	1,21%	64,98%
Antecipações de recebíveis	5.168	13,98%	3.462	6,65%	49,28%
Outras contas a pagar	3.426	9,27%	3.459	6,64%	-0,95%
Arrendamento	727	1,97%	0	0,00%	100,00%
Não circulante	4.168	11,28%	2.149	4,13%	93,95%
Empréstimos e financiamentos	0	0,00%	623	1%	-100,00%
Arrendamentos	1.947	5,27%	0	0,00%	100,00%
Provisão para riscos	2.221	6,01%	1.526	2,93%	45,54%
Patrimônio líquido	14.945	40,44%	35.702	68,54%	-58,14%
Total do passivo e patrimônio líquido	36.954	100,00%	52.089	100,00%	-29,06%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo circulante

O ativo circulante reduziu 57,86%, ou R\$22.419 mil, passando de R\$38.749 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$16.330 mil em 31 de dezembro de 2019. O ativo circulante representava 74,39% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 44,19% em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu principalmente pela redução no saldo de aplicações financeiras vinculadas, no montante de R\$10.400 mil, ou 45,24%, passando de R\$22.987 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$12.587 mil em 31 de dezembro de 2019, e pela redução dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, no montante de R\$ 12.077 mil, ou 79,55%, passando de R\$ 15.181 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 3.104 mil em 31 de dezembro de 2019, os quais foram consumidos pelo resultado operacional da Companhia.

Ativo não circulante

O ativo não circulante aumentou 54,60%, ou R\$7.284 mil, passando de R\$13.340 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$20.264 mil em 31 de dezembro de 2019. O ativo não circulante representava 25,61% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 55,81% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pela variação no saldo do ativo intangível, no montante de R\$3.758 mil, ou 32,03%, passando de R\$11.735 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$15.493 mil em 31 de dezembro de 2019, decorrente dos investimentos na construção da plataforma.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 25,31%, ou R\$3.603 mil, passando de R\$14.238 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$17.841 mil em 31 de dezembro de 2019. O passivo circulante representava 27,33% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 48,28% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Aumento no saldo de fornecedores, no montante de R\$1.145 mil, ou 31,82%, passando de R\$3.598 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.743 mil em 31 de dezembro de 2019, em razão do crescimento da operação.
- Aumento no saldo de antecipação de recebíveis no montante de R\$ 1.706 mil, ou 49,28%, passando de R\$ 3.462 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5.168 mil em 31 de dezembro de 2019, em consequência do crescimento da operação.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou 93,95%, ou R\$2.019 mil, passando de R\$2.149 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.168 mil em 31 de dezembro de 2019. O passivo não circulante representava 4,13% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 11,28% em 31 de dezembro de 2019. Esse crescimento é atribuído, principalmente, a (i) saldo de arrendamento, no montante de R\$1.947 mil (inexistente em 31 de dezembro de 2018) em decorrência da aplicação de novas normas e pronunciamentos contábeis, notadamente IFRS 16 Contratos de arrendamento, em que foi constituído um ativo pelo direito de uso contra o passivo de arrendamento e (ii) aumento no saldo de provisão para riscos, no montante de R\$695 mil, ou 45,54%, passando de R\$1.526 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.221 mil em 31 de dezembro de 2019, em razão da constituição de provisão para riscos, os quais foram parcialmente compensados pela liquidação total do saldo de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$623 mil em 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido reduziu 58,14%, ou R\$20.757 mil, passando de R\$35.702 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$14.945 mil em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente aos resultados operacionais da Companhia no período. O patrimônio líquido representava 68,54% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 40,44% em 31 de dezembro de 2019.

ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2018	AV	Em 31 de dezembro de 2017	AV	AH
Ativo					
Circulante	38.749	74,39%	11.764	59,31%	229,39%
Caixa e equivalentes de caixa	15.181	29,14%	10.767	54,28%	41,00%
Aplicações financeiras vinculadas	22.987	44,13%	-	0,00%	100,00%
Adiantamentos	34	0,07%	120	0,60%	-71,67%
Impostos a recuperar	472	0,91%	853	4,30%	-44,67%
Outros	75	0,14%	24	0,12%	212,50%
Não circulante	13.340	25,61%	8.072	40,69%	65,26%
Aplicações financeiras vinculadas	433	0,83%	-	0,00%	100,00%
Depósito Judicial	103	0,20%	251	1,27%	-58,96%
Imobilizado	1.069	2,05%	313	1,58%	241,53%
Intangível	11.735	22,53%	7.508	37,85%	56,30%
Total do ativo	52.089	100,00%	19.836	100,00%	162,60%

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2018	AV	Em 31 de dezembro de 2017	AV	AH
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	14.238	27,33%	9.209	46,43%	54,61%
Fornecedores	3.598	6,91%	3.268	16,48%	10,10%
Empréstimos e financiamentos	864	1,66%	0	0,00%	100,00%
Obrigações sociais e trabalhistas	2.224	4,27%	1.571	7,92%	41,57%
Obrigações tributárias	631	1,21%	406	2,05%	55,42%
Antecipações de recebíveis	3.462	6,65%	2.650	13,36%	30,64%
Outras contas a pagar	3.459	6,64%	1.314	6,62%	163,24%
Não circulante	2.149	4,13%	631	3,18%	240,57%
Empréstimos e financiamentos	623	1,20%	0	0%	100,00%
Provisão para riscos	1.526	2,93%	631	3,18%	141,84%
Patrimônio líquido	35.702	68,54%	9.996	50,39%	257,16%
Total do passivo e patrimônio líquido	52.089	100,00%	19.836	100,00%	162,60%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo circulante

O ativo circulante aumentou 229,39%, ou R\$26.985 mil, passando de R\$11.764 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$38.749 mil em 31 de dezembro de 2018. O ativo circulante representava 59,31% do total do ativo em 31 de dezembro de 2017 e 74,39% em 31 de dezembro de 2018. Esse incremento ocorreu principalmente pelo aumento no saldo de aplicações financeiras vinculadas, no montante de R\$22.987 mil (em 31 de dezembro de 2017, não havia aplicações financeiras registradas), e pelo aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 4.414 mil, ou 41,00%, passando de R\$10.767 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$15.181 mil em 31 de dezembro de 2018, em razão das captações realizadas junto a investidores financeiros em 2018.

Ativo não circulante

O ativo não circulante aumentou 65,26%, ou R\$5.268 mil, passando de R\$8.072 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$13.340 mil em 31 de dezembro de 2018. O ativo não circulante representava 40,69% do total do ativo em 31 de dezembro de 2017 e 25,61% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente pelo aumento no saldo do ativo intangível, no montante de R\$4.227 mil, ou 56,30%, passando de R\$7.508 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$11.735 mil em 31 de dezembro de 2018, em decorrência dos investimentos na construção e melhorias da plataforma.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 46,43%, ou R\$5.029 mil, passando de R\$9.209 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$14.238 mil em 31 de dezembro de 2018. O passivo circulante representava 46,43% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 27,33% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Contratação de empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante, no montante de R\$864 mil.
- Aumento no saldo de outras contas a pagar, no montante de R\$2.145 mil, ou 163,24%, passando de R\$1.314 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$3.459 mil em 31 de dezembro de 2018, justificado pelo reconhecimento da obrigação sobre as transações em disputa entre compradores e vendedores, e que estão sendo custodiados pela Companhia até seu devido encerramento.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou 240,57%, ou R\$1.518 mil, passando de R\$631 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.149 mil em 31 de dezembro de 2018. O passivo não circulante representava 3,23% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 4,13% em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Contratação de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, no montante de R\$623 mil.
- Aumento no saldo de provisão para riscos, no montante de R\$895 mil, ou 141,84%, passando de R\$631 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.526 mil em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido cresceu 257,16%, ou R\$25.706 mil, passando de R\$9.996 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$35.702 mil em 31 de dezembro de 2018, devido principalmente à captação de investimentos junto a investidores no período. O patrimônio líquido representava 50,39% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 68,54% em 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**FLUXO DE CAIXA**

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, e aos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019.

Demonstrações do fluxo de caixa

(em R\$ mil)	Período de seis meses findos em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	3.615	(862)	(1.227)	(35.215)	(8.185)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento	(3.347)	(5.338)	(9.318)	(7.587)	(4.351)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	6.189	(726)	(1.532)	47.216	73
= Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	6.457	(6.926)	(12.077)	4.414	(12.463)

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o caixa líquido consumido nas atividades operacionais foi de R\$35.215 mil, um aumento de R\$27.030 mil ou 330,24% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido, principalmente, ao resultado operacional da Companhia (prejuízo de R\$20.095 mil no exercício de 2018 contra prejuízo de R\$12.846 mil no exercício de 2017), adicionado da realização de aplicações financeiras vinculadas no montante de R\$ 23.420 mil, os quais foram parcialmente compensados por (i) ajuste ao resultado da depreciação e amortização no montante de R\$ 2.604 mil, (ii) ajuste na provisão para contingências no montante de R\$ 895 mil e (iii) constituição de outras contas a pagar no montante de R\$ 2.145 mil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido consumido nas atividades operacionais reduziu 96,52%, passando de R\$ 35.215 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.227 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência do consumo do caixa reservado para aquisição de mídia em 2019.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 3.615 mil, uma variação positiva de R\$4.477 mil frente a um caixa líquido consumido nas atividades operacionais de R\$ 862 mil no mesmo período em 2019. Tal variação é atribuída, principalmente, à redução de prejuízo no período da Companhia (de R\$ 6.224 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para R\$ 4.122 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020), bem como aumento de fornecedores a pagar, de R\$510 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para R\$ 3.712 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e aumento de impostos a pagar, de R\$190 mil negativos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 para R\$4.447 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento aumentou 74,37%, passando de R\$ 4.351 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 7.587 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente em decorrência dos investimentos em ativos intangíveis gerados internamente que apresentaram uma variação de R\$2.457 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento aumentou 22,82%, passando de R\$ 7.587 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 9.318 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em decorrência dos investimentos em ativos intangíveis gerados internamente que apresentaram uma variação de R\$1.106 mil e aquisição de ativos imobilizados que apresentou uma variação de R\$ 625 mil.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, o caixa usado nas atividades de investimento totalizou R\$ 3.347 mil, uma redução de R\$1.991 mil, comparado a um caixa líquido usado nas atividades de investimento de R\$5.338 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019. Tal variação é justificada principalmente pelo gasto na aquisição de ativos imobilizados, especificamente benfeitorias em imóveis de terceiros ocorrida em 2019 no montante de R\$1.095 mil, juntamente com a aquisição de móveis e utensílios e máquinas e equipamentos que totalizaram R\$370 mil em conjunto.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos totalizou R\$47.216 mil, uma variação de R\$47.143 mil, comparado a um caixa líquido gerado nas atividades de financiamento de R\$73 mil no em relação ao exercício de 2017. Esse aumento é justificado principalmente pelo aporte de R\$45.801 mil de investidores financeiros.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos totalizou R\$1.532 mil, uma variação negativa de R\$48.748 mil, comparado a um caixa líquido gerado nas atividades de financiamento de R\$47.216 mil no exercício de 2018. Essa redução é justificada por uma contribuição de capital de nossos investidores no montante de R\$45.801 mil registrado em 2018 sem o correspondente impacto em 2019, além de um aumento de R\$734 mil em pagamento de empréstimos bancários (principal e juros) e um aumento de R\$552 mil em pagamento de arrendamentos reclassificados pela adoção do IFRS 16.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, o caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos totalizou R\$6.189 mil, uma variação positiva de R\$6.915 mil, comparado a um caixa líquido usado nas atividades de financiamento de R\$726 mil no período de seis meses findos em 30 de junho de 2019. Tal variação é justificada principalmente pela captação de empréstimos no valor de R\$7.500 mil para reforçar o caixa da Companhia como medida preventiva em decorrência da pandemia de COVID-19, parcialmente compensada pelo aumento de R\$446 mil em pagamento de principal e juros de empréstimos, bem como aumento de R\$139 mil em pagamento de arrendamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Resultado operacional e financeiro****(a) resultados das operações da Companhia****(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A Companhia reconhece receitas de seu único segmento operacional, pela intermediação do comércio online (*marketplace*). A receita de intermediação é reconhecida quando todas as obrigações de performance foram atingidas em um único momento no tempo, considerando-se sete dias após a entrega dos produtos comercializados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia reconheceu também receitas não relevantes de publicidade e propaganda, viabilizada em seu site.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme comentários da Diretoria inseridos no item 10.1(h) acima, os resultados operacionais da Companhia foram principalmente afetados pelo aumento da base de usuários ocasionado pelos investimentos em mídia online e off-line, bem como por gastos com a construção e melhorias da plataforma.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A totalidade da receita de intermediação do comércio online (*marketplace*) da Companhia tem variações diretamente atribuíveis ao volume de transações realizadas em sua plataforma. Não há variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos produtos e serviços.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

A totalidade da receita de intermediação do comércio online (*marketplace*) da Companhia tem variações diretamente atribuíveis ao volume de transações realizadas em sua plataforma. Não há variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos últimos três exercícios sociais e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1 deste Formulário de Referência.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, nos últimos três exercícios sociais e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado efeitos relevantes nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

Não obstante, os Diretores destacam que os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020, o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações ("**Plano**") e, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020, o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("**Primeiro Programa**"), outorgando opções a determinados beneficiários (dentre os quais Diretores da Companhia) que tiveram papel essencial no desenvolvimento da Companhia, condicionando o exercício de tais opções ao transcurso de períodos de carência que se iniciaram na data de divulgação do Prospecto Definitivo da oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia, ocorrida em 5 de novembro de 2020.

Os Diretores da Companhia informam que, em virtude da aprovação do Plano e do Primeiro Programa, o impacto nas demonstrações financeiras que serão encerradas em 31 de dezembro de 2020 decorrente da remuneração dos administradores baseada em ações está previsto em R\$ 17 milhões, sendo, portanto, esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia a partir da outorga das opções, respeitados os respectivos períodos de carência, em especial tendo em vista o prejuízo acumulado da Companhia para o período de sete meses findo em 31 de julho de 2020 no montante de R\$ 4.550 mil (R\$4.122 mil para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020).

Ainda, dado o prazo total de carência de 42 meses, o reconhecimento da despesa total prevista com a remuneração baseada em ações relacionada ao Primeiro Programa também poderá impactar as demonstrações financeiras da Companhia de exercícios futuros, sendo tal impacto total para o período de 42 meses estimado, considerando o valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga (isto é, R\$ 11,48 para o 1º Lote, R\$ 11,50 para o 2º Lote, R\$ 11,53 para o 3º Lote e R\$ 11,57 para o 4º Lote), em montante superior a R\$ 100 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

O CPC 47 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“**VJORA**”) e Valor Justo por meio do Resultado (“**VJR**”). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 eliminou as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases*Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 06(R2) Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento.

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos.

Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicado apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrenda basicamente imóveis. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou informação retrospectiva ao determinar o prazo do arrendamento.

Impacto nas demonstrações contábeis

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais, incluindo propriedades para investimento e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está resumido abaixo.

	01/01/2019 (em R\$ mil)
Ativos de direito de uso	244
Passivo de arrendamento - não circulante	244

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 7,67%, e foi obtida por meio de consulta a bancos de primeira linha, para a aquisição de um ativo similar.

	01/01/2019 (em R\$ mil)
Contratos de arrendamento operacional	270
Descontado usando a taxa incremental sobre empréstimo	(26)
Passivos de arrendamento reconhecidos	244

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Os efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis no período corrente e nos últimos três exercícios sociais estão descritos no item (a) acima.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não aplicável, tendo em vista que não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres de auditoria e/ou revisão limitada do auditor independente da Companhia constantes das informações contábeis relativas aos últimos três exercícios sociais e ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Na preparação das informações contábeis, a Administração entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas ou julgamentos considerando situações que envolvem cálculos com certa complexidade que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro.

As premissas utilizadas são revistas periodicamente, baseadas no conhecimento e experiência da Administração, no histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela Administração tendo como referência eventos futuros, e utilizando referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista.

A Administração avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais no final de cada período de relatório e acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras referem-se a:

Receita de contrato com cliente

Se a receita de intermediação é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita em um certo ponto no tempo ou ao longo do tempo.

Comentários da Administração:

A Administração da Companhia avaliou as obrigações de performance e concluiu que a receita de intermediação é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita em um certo ponto no tempo, ocorrendo sete dias após a entrega dos produtos comercializados do vendedor ao comprador.

Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação aos benefícios futuros esperados, e as hipóteses relacionadas aos benefícios futuros esperados implicam em um grau significativo de julgamento.

Comentários da Administração:

Caso a Administração da Companhia identifique algum sinal de que o tempo estimado para obtenção de benefícios esperados dos seus ativos sofra alguma modificação, as vidas úteis dos bens do imobilizado e dos ativos intangíveis são reavaliadas com base em laudos técnicos. A mudança da estimativa de vida útil pode decorrer por evolução tecnológica, obsolescência programada ou mudança nas estimativas de uso dos ativos.

Teste de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado e intangíveis

As principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.

Comentários da Administração:

A Administração avalia anualmente os relatórios de avaliação econômico-financeira da Companhia, cujas projeções incluem premissas e julgamentos significativos, entre outras, relacionadas à projeção do fluxo de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisão para risco tributários, cíveis e trabalhistas

A determinação das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos requer julgamento significativo.

Comentários da Administração:

A Administração a Companhia avalia, respaldada por seus assessores jurídicos, o risco de perda para cada demanda judicial ou riscos de natureza cível, trabalhista e previdenciário e tributário pela probabilidade de perda, sendo que, quando tal perda é classificada como provável, é contabilizada uma provisão pelo montante esperado de saída de recursos.

Perda esperada com *chargeback*

As premissas em relação a estimativa de cancelamentos relacionadas a disputas, fraudes e desistência de compra por parte do usuário dentro do limite de tempo estabelecido.

Comentários da Administração:

A Administração avalia constantemente o histórico e os relatórios de acompanhamento financeiro. As provisões para *chargeback* são estabelecidas com base na expectativa provável de cancelamentos das compras intermediadas no seu *marketplace*.

Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia deve utilizar julgamento quando avaliar seu modelo de negócios para gerenciar ativos financeiros e essa avaliação não é determinada por um único fator ou atividade. Em vez disso, a Companhia deve considerar toda a evidência relevante, disponível na época da avaliação.

Comentários da Administração:

A Administração considera toda a evidência relevante, disponível na época da avaliação, classificando os instrumentos financeiros de acordo com i) modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, ou ii) modelo de negócios cujo objetivo é atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda de ativos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período corrente e no último exercício social.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao período corrente e ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao período corrente e ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao período corrente e ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao período corrente e ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, os investimentos da Companhia foram primordialmente em marketing de performance e construção de marca (R\$3,4 milhões), e incentivos redutores de frete (aproximadamente R\$8,7 milhões).

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária da seguinte forma:

- (a) 30% do volume captado para a expansão da marca e da base de usuários;
- (b) 20% do volume captado para investimentos em políticas comerciais com foco em melhoria de conversão e recorrência;
- (c) 25% do volume captado para expansão do time para desenvolvimento do produto; e
- (d) 25% do volume captado para soluções fintech.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando à preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Ademais, a Companhia prevê reforçar o seu investimento em construção de marca e aquisição de usuários substancialmente nos próximos anos. Os investimentos em inventivos de frete também serão relevantes para expansão nas regiões geográficas em que a Companhia possui baixa penetração de mercado.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pelo caixa aportado por investidores financeiros, geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Outros fatores com influência relevante****Demonstrações contábeis especialmente preparadas para fins de registro para o período de sete meses findo em 31 de julho de 2020 - Informações complementares ao item 10.1**

Para fins de comparabilidade com outras companhias abertas, a Companhia apresentou ao longo do item 10 as informações referentes a ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

As tabelas abaixo apresentam as informações contábeis selecionadas da Companhia para o período de sete meses findos em 31 de julho de 2020, conforme demonstrações contábeis especialmente preparadas para fins de registro:

Balanco patrimonial em 31 de julho de 2020

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de julho de 2020
Ativo	
Circulante	86.161
Caixa e equivalentes de caixa	50.939
Aplicações financeiras vinculadas	31.547
Adiantamentos	133
Impostos a recuperar	3.513
Outros	29
Não circulante	20.827
Aplicações financeiras vinculadas	333
Depósito Judicial	22
Imposto diferido	39
Imobilizado	3.975
Intangível	16.458
Total do ativo	106.988

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de julho de 2020
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	29.708
Fornecedores	8.128
Empréstimos e financiamentos	4.125
Obrigações sociais e trabalhistas	3.079
Obrigações tributárias	3.906
Antecipações de recebíveis	5.869
Outras contas a pagar	3.841
Arrendamento	760
Não circulante	6.942
Empréstimos e financiamentos	3.235
Arrendamentos	1.486
Provisão para riscos	2.221
Patrimônio líquido	70.338
Capital social	149.533
Prejuízos acumulados	(79.195)
Total do passivo e patrimônio líquido	106.988

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**Demonstrações do resultado para o período de sete meses findos em 31 de julho de 2020 e 2019**

(em R\$ mil, exceto %)	Período de sete meses findos em 31 de julho de 2020	Período de sete meses findos em 31 de julho de 2019
Receita líquida	36.985	27.434
Custos do serviço prestado	(22.549)	(18.950)
Lucro bruto	14.436	8.484
Receitas (despesas) operacionais	(18.043)	(15.526)
Despesas publicitárias	(5.814)	(1.665)
Gerais e administrativas	(12.161)	(14.435)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(68)	574
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(3.607)	(7.042)
Resultado financeiro líquido	(954)	271
Receita financeira	345	1.203
Despesa financeira	(1.299)	(932)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(4.561)	(6.771)
Imposto de renda e contribuição social	11	16
Lucro (prejuízo) líquido do período	(4.550)	(6.755)

Demonstrações do fluxo de caixa para o período de sete meses findos em 31 de julho de 2020 e 2019

(em R\$ mil, exceto %)	Período de sete meses findos em 31 de julho de 2020	Período de sete meses findos em 31 de julho de 2019
Das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(4.550)	(6.755)
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	3.825	2.631
Provisão para contingências	-	774
Imposto diferido	(11)	(16)
Despesa de Juros	<u>265</u>	<u>79</u>
	<u>(471)</u>	<u>(3.287)</u>
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Aplicações financeiras vinculadas	(18.960)	518
Adiantamentos	(52)	(185)
Impostos a recuperar	(2.999)	144

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Outros	15	21
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	3.385	26
Obrigações sociais e trabalhistas	1.018	343
Obrigações tributárias	2.865	72
Antecipações de recebíveis	701	2.015
Outras contas a pagar	<u>415</u>	<u>(320)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	<u>(14.083)</u>	<u>(653)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(4)	(1.411)
Aquisição de intangível	<u>(4.013)</u>	<u>(4.603)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(4.017)</u>	<u>(6.014)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação líquida de empréstimos e financiamentos	7.500	-
Pagamento de empréstimo	(1.080)	(597)
Pagamento de arrendamento	(428)	(269)
Integralização de capital	<u>59.943</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das (consumido) nas atividades de financiamentos	<u>65.935</u>	<u>(866)</u>
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>47.835</u>	<u>(7.533)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	3.104	15.181
No final do período	50.939	7.648
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>47.835</u>	<u>(7.533)</u>

COVID-19

A OMS declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do Coronavírus (COVID-19) e esta declaração desencadeou severas medidas por parte das autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de estabelecimentos de comércio em geral e locais de trabalho.

Até a data deste Formulário de Referência não foram identificados impactos desfavoráveis nas operações da Companhia.

O Governo Federal divulgou determinadas ações com o objetivo de minimizar os impactos econômicos nas empresas e a administração da Companhia avaliou as medidas provisórias e as portarias emitidas, e decidiu adotar os normativos abaixo:

- Folha de pagamento: redução salarial;
- Medida Provisória 936/2020: no mês de maio 2020 a Companhia aderiu a MP 936/2020, efetuando a redução salarial e de jornada correspondente em 25% para 75% dos seus colaboradores. Tal opção perfaz a redução de R\$ 56 mil;

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- Portarias nºs 139 e 245, de abril e junho de 2020 - Postergação em 3 meses dos impostos federais (PIS/COFINS e INSS Patronal), com pagamento posterior nos meses de agosto, outubro e novembro de 2020 sem encargos e atualizações. A Companhia aderiu a postergação relacionada ao INSS Patronal perfazendo a postergação total R\$ 473 mil;
- Medida Provisória nº 927/2020 - Postergação em 3 meses do FGTS, com parcelamento posterior em 6 meses a partir de julho de 2020 sem encargos e atualizações, perfazendo na postergação total R\$ 110 mil;
- Medida Provisória nº 932/2020 - Redução por 2 meses pela metade as alíquotas do Sistema S (SESC, SEBRAE e SENAC) na guia de INSS Patronal, perfazendo na postergação total R\$ 17 mil;

A Companhia monitora em tempo real a evolução das transações, conseguindo perceber rapidamente variações causadas por fatores externos. Os impactos da COVID-19 foram sentidos no final do mês de março, sem impactos materiais, sendo rapidamente recuperados. E os indicadores subsequentes apresentaram tendência positiva.

Despesas Publicitárias

As ações de publicidade da Companhia são planejadas estrategicamente e taticamente em ciclos anuais, em alinhamento com os elementos definidores do posicionamento da marca Enjoei. São definidas de acordo com os interesses da Companhia em função do dinamismo e das mudanças no cenário em que está inserida; dos objetivos e metas do negócio da Companhia; do mercado como um todo; das oportunidades de negócios, tais como lançamentos e expansões de serviços; e dos objetivos de fortalecimento da sua marca.

As ações de publicidade na televisão, jornais e revistas e mídias digitais são utilizadas pela Companhia para contribuir com os resultados e objetivos estratégicos da Companhia, sendo um elemento importante na aquisição e retenção de usuários.

As estratégias de aquisição da Companhia são compostas por Mídias Pagas de Performance (Google Ads, Facebook Ads, Parceiros Remarketing), combinadas com Tráfego não pago (tráfego direto e orgânico na plataforma). Ações e investimentos de Branding para fortalecimento da marca (tais como campanhas de TV, Influencer Marketing e Social Media) alavancam a aquisição de tráfego não pago para a plataforma (web e apps), possuindo um impacto relevante na eficiência de longo prazo da nossa estratégia de aquisição.

Após a etapa de conversão de um usuário em novo comprador, o objetivo passa a ser retenção e aumento de frequência de compras dos usuários, sendo isso atingido através da experiência oferecida pela plataforma (*user experience* ou “ux”, navegação e recomendações personalizadas, algoritmo de listagem otimizados a nível de usuário e geolocalização, atendimento) atrelada à manutenção de “top of mind” por reforço da marca online (influencers e remarketing) e offline (TV aberta e paga). Como citado, os pilares de marketing de aquisição são:

- Mídias online de Performance: otimizadas através do CAC (custo por aquisição de novo comprador), direcionando investimento para mídias mais eficientes acompanhando cada *touchpoint* do usuário na plataforma e o impacto da mídia na sua ativação.
- Mídias Pagas de Branding: otimizadas através do impacto direto e indireto em tráfego orgânico e aquisição de novos usuários na plataforma.

As ações prezam pelo respeito à diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação constrangedora, em observância às leis e ao Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária, que regulamenta as normas éticas aplicáveis a publicidade e propaganda.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

No período de sete meses findo em 31 de julho de 2020, o gasto com publicidade pela Companhia foi de R\$5.814 mil. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, os gastos com publicidade pela Companhia foram de R\$16.726 mil, R\$7.574 mil e R\$5.648 mil, respectivamente.